Relatório Sintético - Resolução CNJ nº 235/2026

Estoque de Processos Sobrestados ao final do período-base aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em processos de Repercussão Geral .

Período-base:	Ano-Base:	Tribunal de Justiça/MT
OUTUBRO	2018	Secretaria Auxiliara da Vice Presidência

Recurso Repetitivo/ Repercussão Geral Indicar com siglas STF se for um processo de Repercussão Geral.	Número do tema Indicar o número do tema de acordo com o padrão STF	Tipo do Tema Indicar com sigla C se for Controvérsia e com a sigla T se for tema	Processo Paradigma (*leading case*) Inserir número do processo paradigma conforme padrão do numeração adotado pelo STF	Descrição Descrição do tema ou da Controvérsia	Estoque de processos sobrestados ou suspensos Quandidade de processos suspensos ou sobrestados ao final do período-base, no respectivo Tema
STF	6	T	RE 566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	332
STF	19	T	RE 565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	6
STF	22	T	RE 560900	Recurso Extraordinário em que se discute, à luz do art. 5°, LVII, da Constituição Federal, a validade, ou não, de restrição à participação em concurso público de candidato a Cabo da Polícia Militar denunciado pela prática do crime previsto no art. 342 do Código Penal (Falso testemunho ou falsa perícia).	3
STF	28	T	RE 614819	Fracionamento da execução com expedição para pagamento de parte incontroversa da condenação.	1
STF	111	T	RE 970343	Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.	2
STF	123	T	RE 948634	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	3
STF	160	T	RE 596701	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	1
STF	176	T	RE 593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	16
STF	249	T	RE 627106	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	4
STF	264	T	RE 626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	89
STF	265	T	RE 591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	73
STF	284	T	RE 631363	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	17
STF	285	T	RE 632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	10
STF	289	T	RE 607582	Recurso Extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 100, § 2º; e 167, II e VII, da Constituição Federal a possibilidade, ou não, de bloqueio de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos.	1
STF	296	T	RE 784439	Recurso Exttraordinário em que se discute, á luz dos artigos 150, I; e 156, III da ConstituiçãoFederal, o caráter taxativo, ou não, da lista de serviços sijeitos ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, de que trata o aludido art. 156, III, que outorga competência aos Municípios para instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar e por conseguinte, a constitucionalidade, ou não, da cobrança de ISS sobre serviços bancários não arrolados no Decreto-lei n° 406/68, com a redação da Lei Complementar n° 56/87	1
STF	300	T	RE 603136	Recurso Extraordinário em que se discute, à luz do art. 156, III da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS sobre os contratos de franquia.	1
STF	309	T	RE 656558	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	3
STF	317	T	RE 630137	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	12
STF	370	T	RE 601182	Suspensão dos direitos politicos de condenado a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito	1
STF	381	T	RE 630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	2
STF	390	T	RE 636562	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal	9

STF	415	T	ARE 638550	Agravo interposto contra decissão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 5º, II e 146, III, "a", da Constituição Federal, a necessidade, ou não, de Lei Complementar para definir a possibilidade de repasse, em faturas telefônicas, do PIS e da COFINS aos usuários dos serviços.	2
STF	486	T	RE 607107	Recurso Extraordinário em que se discute, à luz do artigo 5°, XIII, da Constituição Federal, se a imposição da penalidade de suspensão da habilitação para dirigir, prevista no art. 302 da Lei n° 9.503/1997, quando o apenado for motorista profissional, afronta, ou não, o direito fundamental ao livre exercício de trabalho.	2
STF	487	T	RE 640452	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	1
STF	490	T	RE 628075	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	5
STF	506	T	RE 635659	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal	4
STF	517	T	RE 632783	Recurso extraordinárioa que discute, a possibilidade, ou não, da aplicação da metodologia de cáculo denominada diferencial de aliquotá de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL, em face de possível usurpação de competência da União e do princípio da não-cumulatividade.	1
STF	526	T	RE 883168	Reconhecimento de direitos previdênciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada.	1
STF	533	T	RE 1057258	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	1
STF	548	T	RE 1008166	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que discute se é autoaplicável o inciso IV do art. 208 da Constituição Federal - dispositivo que trata do dever estatal de assegurar o atendimento em creches e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade.	49
STF	551	T	RE 1066677	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	1
STF	576	T	RE 976566	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	9
STF	624	T	RE 843112	Agravo interposto de decisão que não admitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 37, X, da Constituição Federal, a possibilidade de o Poder Judiciário determinar ao chefe do Poder Executivo o envio de projeto de lei, para garantir o direito constitucional à revisão geral anual.	1
STF	683	T	RE 766304	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 37, I, II, IV e IX, da Constituição federal, a possibilidade de o Judiciário determinar a nomeação de candidato, supostamente preterido em concurso público, em ação ajuizada após o prazo de validade do concurso.	2
STF	697	T	RE 740008	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	1
STF	698	T	RE 684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	9
STF	745	T	RE 714139	Recurso Extraordinário em que se discute, à luz dos arts.150, II, e 155, §2°, III, da Constituição federal, a constitucionalidade do art. 19, I, a, de Lei 10.297/1996 do Estado de Santa Catarina, que estabeleceu alíquota diferenciada de 25% para Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidente sobre o fornecimento de enregia elétrica e os serviços de telecomunicação, ao passo que para as "operações em geral" é aplicada a alícota de 17%.	2
STF	758	T	RE 776823	Necessidade de condenação com trânsito em julgado para se considerar como falta grave, no âmbito administrativo carcerário, a prática de fato definido como crime doloso.	2
STF	816	T	RE 882461	a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	2
STF	818	T	RE 858075	Controle judicial relativo ao descumprimento da obrigação dos entes federados na aplicação dos recursos orçamentários mínimos na área da saúde, antes da edição da lei complementar referida no art. 198, § 3°, da Constituição.	2
STF	863	T	RE 736090	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	4

STF	881	T	RE 949297	Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.	2
STF	897	T	RE 949297	Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 3°, IV, 5°, caput, II e XXXVI, 37 e 150, VI, c, da Constituição Federal, o limite da coisa julgada em âmbito tributário, na hopótese de o contribuinte ter em seu favor decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária, ao fundamento de inconstitucionalidade incidental de tributo, por sua vez declarado constitucional, em momento posterior, na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade exercido pelo Supremo tribunal Federal.	7
STF	942	T	RE 1014286	Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo do serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nociva a saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.	1
STF	973	T	RE 1058333	Recurso extraordinário em que se discute, à luz arts. 5°, caput, 6°, 37 e 226, § 7°, da Constituição da República a possibilidade de candidata grávida ser submetida ao teste de aptidão física em época diversas daquela prevista no edital do concurso público.	1